

JESUÍTO SOARES DANTAS

VIDA
DE UM
MÉDICO

TERESINA - PIAUÍ
2017

VIDA DE UM MÉDICO

© Jesuíto Soares Dantas, 2017

PREPARAÇÃO DE TEXTO Dílson Lages Monteiro

CAPA E PROJETO GRÁFICO Jorge Thiago

CATALOGAÇÃO DE FONTE Solange Hiller Herthz Santos

IMPRESSÃO Gráfica e Editora Águia
Rua Quintino Bocaiúva, 465/1
Centro - Teresina-Piauí

FICHA CATALOGRÁFICA

Dantas, Jesuíto Soares.

Vida de um médico / Jesuíto Soares Dantas. – 1. edição.

Teresina: Jesuíto Soares Dantas, 2017.

120p.: il.

ISBN 978-85-923524-0-0

1. Médicos brasileiros
 2. Médicos piauienses
 3. Medicina – Piauí
- I. Título

CDD – 926.181

Todos os direitos reservados de acordo com a Lei nº 9.610, de 19/02/1998. Nenhuma parte deste livro pode ser fotocopiada, gravada, reproduzida ou armazenada num sistema de recuperação de informação ou transmitida por meio eletrônico, sem a prévia autorização formal do autor.

À minha família e às minhas
pacientes, estas memórias de
uma trajetória de superações.

*O êxito da vida não se mede pelo
caminho que você conquistou,
mas sim pelas dificuldades que
superou no caminho.*

Abraham Lincoln

SUMÁRIO

I PARTE 11

Do povoado coroatá à Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco

Povoado Coroatá.....	13
“Buqueirão”	21
Ainda o “Buqueirão”	27
Luz no meu caminho.....	35
Teresina de minha mocidade.....	43
Minha formação acadêmica em Recife.....	49

II PARTE 59

Os anos iniciais de exercício profissional

Início da carreira médica.....	61
Medicina no Hospital do BEC	65
Meus pleitos em favor de Elesbão Veloso	69
Precária infraestrutura hospitalar e episódio desagradável	71
Enfim, meu sonho realizado!	75

III PARTE 81

Consolidação do sucesso profissional

Matrimônio e vida familiar 83

Atendimento em saúde
e felicidade da vida familiar..... 89

Mudanças no atendimento médico
e compromisso profissional 93

Últimos dias de profissão
e desafios de envelhecer..... 99

IV PARTE 105

A herança de meu tempo

Vida na pecuária
e na construção civil..... 107

Breve anotação sobre meu
legado profissional 111

Medicina e monopólio
político e familiar 115



DO POVOADO COROATÁ À
FACULDADE DE CIÊNCIAS
MÉDICAS DE PERNAMBUCO



Povoado Coroata

Minha história poderia ser igual à de milhares de nordestinos entregues à vida no campo. Uma história de luta para satisfazer as necessidades mais imediatas da sobrevivência, tivesse eu fincado os pés no chão onde nasci. Uma história de felicidades, somente não maiores do que as que construí, tão surpreendentemente, pela força das oportunidades que os livros e o trabalho me geraram.

Meu destino estava além, muito além do que eu poderia imaginar. Mas, para que ele se construísse como se construiu, foi necessária uma contínua obstinação, nascida, primeiramente, das orientações de uma figura humana que muito reputo e sobre quem falarei algumas páginas adiante, notadamente de sua importância em minha vida. Eu tinha em minha essência uma vontade gigantesca de vencer e isso determinou que cada dia fosse, de fato, um novo dia.

Transcorria o ano de 1950. Aos 15 anos, eu, o irmão mais velho Lucrécio, então, com 18 anos, e minha irmã Socorro passamos a morar no povoado Coroatá. Papai nos encaminhou para o lugarejo, a 24 quilômetros de sua propriedade “Buqueirão” (um lugar onde não se ia de brincadeira; somente a negócio), a fim de que pudéssemos estudar. Estudar era, naquela época, aprender a assinar o nome e a fazer contas.

Ali, a nossa vida era também de trabalho: tomávamos, eu e Lucrécio, de conta de uma bodega. Meu pai era alfabetizado. Lia com fluência e tinha uma noção do valor da cultura letrada. Já minha mãe acreditava que vida sem trabalho levaria os filhos à malandragem e, por isso, nos ocupávamos de trabalhar.

A bodega, estabelecida na casa de esquina que papai comprara com o fito de nos encaminhar para o povoado, significava, pois, também, responsabilidades. O desejo de ver os filhos crescerem virtuosos. Os fregueses constituíam-se de gente de toda a zona rural da região. Iam ao povoado com a finalidade específica de comprar gêneros alimentícios ou tomar uma cachaazinha.

Coroatá se apresentava como lugar que, para mim, tinha apenas dois sentidos: trabalhar e estudar. Naquele tempo, a paisagem compunha-se de um cotidiano marcado pelo comér-

cio: armazéns, lojas de tecidos e bodegas. Além disso, tinham peso na comunidade também os festejos de Santa Teresinha, na capelinha que se transformaria, anos depois, na Igreja Matriz, no alto de uma elevação, sublime aos olhos dos habitantes. Santa Teresinha é hoje a padroeira do município de Elesbão Veloso.



Na esquina, casa de meu pai no povoado Coroatá

A festa religiosa tratava-se do maior acontecimento social. Para mim, porém, apesar de minhas crenças, não se revelava como forma de integração à comunidade. As festas pertenciam na verdade a uma pequena elite de influência política. Como tinha uma origem rural, uma linguagem diferente e hábitos diferentes, havia

certa discriminação que me afastava de grupos, o que, de algum modo, foi-me útil: não aprendi a dançar, a beber, a fumar e, por isso, também não aprendi a gastar dinheiro. Convenhamos: isso também me serviu.

Nossa bodega, em local de pouca visibilidade, vendia soda cáustica — esta comercializada no peso —, além de açúcar, café, arroz, sabonete, querosene, fumo em rolo, guaraná e cachaça, particularmente São João da Barra, bebida muito apreciada. Os sábados e domingos se convertiam em dia de muito movimento e trabalho para mim e Lucrécio. O comércio se enchia de cassacos que trabalhavam na construção da BR 316. Vinham em busca de álcool e se excediam na bebida.

Com eles, também, aparecia um inconveniente: depois de bêbados, não queriam pagar o que consumiram. Mas acabavam por pagar, porque, no fim de semana, especialmente, contávamos com o auxílio de um amigo de papai, um senhor de aproximadamente 30 anos de nome José Soares da Costa. Um amigo que prestava serviços à família e que tinha a ela um apreço muito especial. Com a presença dele na bodega, quem bebeu pagava o consumo.

O início da década de 1950 foi também o meu primeiro contato com o conhecimento formal. Estudávamos na escola do velho Salu, um

homem preparado, vindo de Regeneração, cidade para a qual voltaria um ano após minha chegada a Coroatá. Salu, introspecto, impessoal, dava aulas em um grande salão, composto basicamente pela mesa do professor, cadeiras de alunos e quadro negro de madeira. Sentava-se esparramado na cadeira, de tal forma que se sentisse à vontade. Punha a gente a aprender e cada um tinha que demonstrar que aprendera os ensinamentos de Português e Matemática. A palmatória ficava sempre bem à vista de todos sobre a mesa e a simples presença desse objeto era por si só intimidatória, embora ele nunca o houvesse usado. Nós, os alunos, em número de 13, tínhamos entre 12 e 18 anos.

Pouco tempo depois de nosso estabelecimento no povoado Coroatá, mamãe, Adélia Soares da Silva, também veio morar conosco. Trazia as filhas mais velhas, solteiras, Maria Soares Dantas e Raimunda Soares Dantas. Meu pai permaneceu na fazenda, vindo ao povoado somente aos fins de semana. Lá permaneceu o filho mais velho, Manoel Soares Dantas, já casado e com filho. Lucrécio se casa nessa época, aos 19 anos. Socorro contrai também matrimônio.

O retorno do professor Salu a Regeneração, além do casamento de meus irmãos Lucrécio e Maria do Socorro, representariam também o meu regresso à vida na fazenda “Buqueirão”. A isso se somava, ainda, minha ausência de aptidões para

o comércio. A bodega é fechada, porque meu pai vendia a toda aquela gente, que não pagava a compra. A falência foi inevitável. Voltei para o “Buqueirão” feliz. A vida do campo me fascinava.

Além de estudar na escolinha de Salu, frequentei por quase um mês a sala de aulas de José Neiva, oriundo também de Regeneração. Ele era um senhor de aproximadamente 35 anos. Portador de conhecimentos regulares, criou uma sala de aula que seria o principal lugar de estudo, após Salu ter deixado o povoado. O espaço de aprendizagem não teria, porém, vida longa. Eu já estava no “Buqueirão” quando tomei conhecimento da existência desse professor e voltei à cidade de Elesbão Veloso, nesse tempo, já emancipada, para assistir a aulas.

José Neiva transmitia para nós medo e rigor excessivo e não hesitava em castigar. Com 28 dias frequentando a sala dele, realizou-se uma prova. Ao corrigi-la, quatro pessoas tiveram um desempenho insatisfatório: Cristina Soares, Antoninha e Darcy Moura, além de mim. Assisti à punição cruel e desproporcional ao erro nosso; o erro que não julguei erro, afinal, nossa missão ali não seria outra, senão aprender Matemática; aprender também a ler e a escrever. José Neiva castigou severamente com a palmatória as três colegas de sala, com uma força assustadora. Quando chegou a minha vez de receber o castigo, reagi:

— O senhor não vai me castigar, porque não estou aqui por medo, mas por vontade de estudar.

Resolvi sair da sala de aula de José Neiva e voltar para o “Buqueirão”.

Na fazenda, ocupava-me o tempo inteiro com trabalho. Não me sobrava tempo para nada. A luta com animais era intensa. No inverno, entre as muitas atividades, encarregava-me de trazê-los ao curral diariamente, para que os bezerros fossem separados das vacas e, no dia seguinte, tirássemos o leite. No verão, dada à escassez de água, essa luta se tornava ainda mais árdua.



*Casa onde residiu meu pai na fazenda “Buqueirão”,
após a demolição da antiga casa-grande*

Aos meus 7 anos, eu já cuidava do pieiro dos animais. Juntava-os para perto de casa durante o inverno. Todos os dias, tinha uma tarefa espe-

cial: reunia as cabras e conduzia-as ao chiqueiro, além de olhar os cabritos, para verificar se havia bicheira no umbigo. Caso houvesse, curava com mercúrio branco, quando necessário.

A fazenda “Buqueirão”, onde havia 9 casas e oito moradores, ficava entre morros. Muito boa para a agricultura e para a pecuária, porque tinha muita terra descoberta, à margem do Riacho da Várzea. Ali, existia o Poço Redondo, onde os animais bebiam e onde se tomava banho nos fins de semana.

A casa-grande, coberta de telha já naquela época, embora de taipa, imperceptível a olhos vistos, de grossas paredes, pintada de branco com tabatinga, possuía duas salas de ladrilhos. Fora comprada por meu avô José Francisco Dantas Primo, mais conhecido como capitão Zé Dantas, irmão do Coronel Mundico Dantas, cuja influência política lhe dava algum prestígio.

Infelizmente, meu pai se viu forçado a demolir a casa-grande, de nítidos traços coloniais, quando ela possuía aproximadamente 115 anos. As forquilhas começaram a rachar e não conseguiam mais sustentar toda a estrutura da edificação. Apesar de não existir como era, em minha memória está viva como foi: lugar de minhas maiores alegrias.

“Buqueirão”

Minha vida no “Buqueirão” sempre foi de muito trabalho. Eu conheci o labor diário ainda na infância. Na zona rural, trabalhar era mais importante que estudar. Culturalmente, o estudo nessa época, nas décadas de 1940 e 1950, era símbolo de malandragem. Que absurdo aos olhos de hoje! Dizia-se que depois de se ficar sabido, não se queria mais trabalhar, mas viver na moleza, o que não combinava com a vida rural.

Não raro, citavam-se até exemplos:

— Vejam os filhos de fulano: depois que ficaram sabidos só querem agora viver de bebida, festa e vadiagem.

A mentalidade de toda a gente rural de minha infância e adolescência era somente para o trabalho rural. As famílias ali residentes viviam em extrema pobreza. As casas eram todas de taipa coberta de palhas de coco babaçu, somente a casa da fazenda, como já frisei, era coberta

de telhas. Ali, não havia diversão: não havia futebol, não havia comemoração de aniversários, nem de datas comemorativas. Havia o trabalho para satisfazer necessidades primárias como se alimentar e se vestir.



Meu pai, Luís Soares Dantas



Minha mãe, Adélia Soares da Silva

Meu pai era vaqueiro do próprio gado. Nessa atividade, contava com a ajuda do filho mais velho, Manoel Soares Dantas. Minha mãe e minhas irmãs cuidavam das obrigações da casa. Não só faziam comida como também carregavam água para beber e para cozinhar os alimentos. Também pilavam arroz e milho, descaroçavam algodão, que fiado, serviam à confecção de rede, tanto para o consumo da casa

como para a venda em Coroatá. Minha mãe, também, costurava roupas para a família e para a gente da região.

Minha família vivia para o trabalho. Desde crianças, eu e meus irmãos aprendíamos os valores do mundo adulto. A mim, conforme já mencionei, cabia cuidar do pieiro dos animais, juntando-os para perto de casa, especialmente, durante o inverno. Cabia a meus irmãos e a meu pai tirarem leite das vacas, para mamãe fabricar requeijão e manteiga da terra, vendidos no povoado Coroatá. Quando tinha ainda sete anos, meu pai me deu um pedaço de roça para eu plantar arroz e milho. A roça vingou e se verteria em um grande incentivo para mim.



Meu irmão Lucrecio Soares Dantas

A agricultura sempre me encantou: a transformação da terra, com o verde transformando a paisagem em vida e gerando frutos. Não haveria uma mesma dinâmica entre ela e a medicina, em sua lógica de nascer e findar?

No “Buqueirão”, fazíamos roças muito grandes. Nesse ofício, eu e meu irmão Lucrecio carregávamos madeira em jumentos, colocando-a em redor da roça. Fazíamos as cercas e, no período do inverno, capinávamos o mato da roça e fazíamos o plantio com trabalhadores e trabalhadoras diaristas. Na companhia deles, colhíamos o arroz, o feijão e o milho.

Na fazenda, havia um pequeno carnaubal. A mim, cabia transportar para casa, em animais, as palhas já ajuntadas e cortadas, prontas a serem levadas para secar nos currais. Depois de secas, eram reunidas e transportadas para um quarto. No local, seriam lascadas em pente de ferro, para retirada do pó. Posteriormente, faz-se-ia o aquecimento, para a transformação do pó em cera de carnaúba, que se vendia em Coroatá. Quando fiz exame de admissão ao ginásio, meu pai me deu esse carnaubal, para eu explorar como ajuda para os meus estudos. Isso me levou a trabalhar nos períodos de férias.

Havia no lugar chamado Coité um pequeno plantio de cana. Nesse local, faziam-se moagem e rapaduras. Eu, meu irmão e demais trabalha-

dores transportávamos, em época certa, a cana até o engenho. Ali, botávamos lenha em redor da fornalha, para fazer o aquecimento da garapa da cana, que daria origem à rapadura.

Em casa, eu e meus irmãos já éramos adolescentes ou adultos, quando meu pai decidiu alfabetizar os seus cinco filhos mais velhos, já de maioridade. Contratou uma professora, dona Rosa Camilo, para dar aulas em sua casa, no período de aproximadamente um ano. Os três filhos mais novos, eu, Lucrécio e Maria do Socorro, ficaríamos sem escola.

Tempos depois, meu pai foi ao Coroatá, quando soube que um professor de nome Salu tinha fundado uma sala de aula no povoado, onde já estudavam há alguns anos as pessoas daquele povoado. Papai querendo alfabetizar seus três últimos filhos, conforme relatei, decidiu comprar uma casa de esquina, onde também montaria uma pequena bodega para a gente cuidar. O restante dessa curta passagem de um ano por Coroatá o leitor já tomou conhecimento.

Pois bem. Quando retornei à fazenda eu e meu irmão mais velho, Nozinho, resolvemos cercar uma parte da propriedade para fazermos um criatório de ovelhas. Necessitávamos, porém, de uma infraestrutura básica que garantisse o sucesso do projeto. Assim, fomos fazer roça (plantar arroz, milho e algodão). Tivemos uma

colheita razoável, para além de nossas expectativas. Vendida a produção, com esses recursos, compramos ovelhas e uma burra com equipamento. A compra do animal me permitiu que ficasse indo nos fins de semana às feiras de Elesbão Veloso, já cidade nesse tempo, e também participando de corridas com outros cavaleiros naquela viagem.

Ainda o “Buqueirão”

Meu pai era o único sobrevivente de uma prole de 7 filhos. Os irmãos faleceram, todos, crianças e adolescentes ainda, vitimados pelo Paludismo. Os genitores se chamavam José Francisco Dantas Primo, mais conhecido como capitão Zé Dantas, e Rosa Amélia Soares, residentes na localidade Barroca Funda, no sertão de Valença-PI. Infelizmente, não os conheci. Meu avô paterno faleceu quando eu tinha apenas 4 anos. Minha avó, de infarto, antes de meu nascimento.

A localidade se situava à margem do rio São Vicente, próximo ao povoado Novo Oriente, uma região de brejo e pouca ventilação, com grande incidência de Malária. A fazenda teve importância comercial para a região, mas não se desenvolveu. Distava um quilômetro da localidade Novo Oriente, hoje município.

Novo Oriente, todo sábado tomado de moradores da região a fazer compras, dada a expan-

são comercial, desenvolver-se-ia. Barroca Funda mergulharia na falta de visão da importância do comércio para atrair gente e fazer circular o dinheiro, que se reverteria em algum tipo de benefício para o próprio lugarejo.



Poço Redondo, fonte de água no “Buqueirão”

A vontade de se proteger da malária, a fim de garantir a vida do filho que restava, impulsionou meu avô a abandonar a região da Barroca Funda. Assim, compra a fazenda “Buqueirão” de senhor de nome Melquíades, que retornava para seu estado de origem. Tratava-se de área de campo, livre do Paludismo, e adequada à agricultura e à pecuária. Ali o filho estaria protegido da triste sina dos 6 irmãos.

Minha mãe tinha como pais Vicente Soares da Silva e Elvina Maria Soares, dedicados à criação de gado bovino. Primos, viviam na fazenda

Várzea, uma localidade muito seca, no pé de uma serra de mesmo nome. Apesar de a terra ser em geral pobre, parte da fazenda compunha-se de várzeas e favorável à criação.

Voltemos ao “Buqueirão”, à sua vida, ao que dela ficaria impregnado para sempre em minha lembrança. Vejo aqui, como se existisse tal qual fora, a casa-grande. A estrutura física, composta de paredes de taipa, que não davam sinais de terem essa constituição. Casa rústica, de duas salas com oito metros de comprimento por quatro de largura. Tinha cinco quartos grandes. Um deles, o quarto escuro, onde se guardava a carne depois de exposta ao sol. Nele, havia apenas uma porta. Lá, também se colocava o leite para coalhar.

Ligado a casa, vinha o armazém e a cozinha de meia-porta. À frente, havia um alpendre com piso de ladrilho de tijolo vermelho bem queimado. Ao fundo da edificação, estava a casa de farinha com toda a estrutura necessária para que a cultura da produção de farinha e goma se repetisse ali anualmente com fartura.

O cotidiano na fazenda, como já frisei, era a labuta com a terra e com os bichos. Papai e o filho mais velho, Manuel Soares Dantas (afetuosamente chamado de Nozinho), passavam às vezes o dia campeando, à procura de gado magro ou de vaca prestes a parir. Percorriam longas distâncias pela região da Serra da Vár-

zea, do Campestre e do Saco da Ema, lugares aonde muito gado ia, a fim de comer favas, além de beber no açude. Muitas vezes, apesar do gigantesco esforço, voltavam para casa sem encontrarem os animais que procuravam.

A rotina dos demais filhos era levar o gado pela manhã para a roça e, ao meio-dia, dar água aos cavalos e jumentos e voltar para a roça. À tardinha, repetiam a mesma tarefa com o gado: dar água e conduzi-lo ao curral. As ovelhas e as cabras eram criadas soltas e, no verão, vinham à tarde para a porta da casa.

Nessa época do ano, havia muitas queimadas, não só na fazenda, mas em toda a região serrana que envolvia o Morro do Espontal. O fogo saía das roças e se alastrava no sentido da fazenda “Buqueirão”. Íamos, nós e os moradores da região, combater o fogo antes de chegar às roças de pastagem. Usávamos como instrumento as folhas verdes da carnaúba, a qual tinha talo longo. Nada de máscaras, aliás, sequer existiam ainda. Absorvíamos muita fumaça e, apesar disso, não se presenciavam doenças respiratórias. Algumas vezes, pequenas queimaduras nas pernas e nos braços.

No período invernososo, o cotidiano de luta tocando os bichos se amenizava. Tudo porque o Riacho da Várzea se enchia. Agora, era nosso aliado, favorecendo tanto a pecuária como a agricultura. Ele passava por dentro da proprie-

dade e, após o período chuvoso, além de pequenas poças d'água, deixava para nós um grande poço, que chamávamos Poço Redondo, cuja abundância líquida se devia não apenas aos desenhos da natureza, mas também à nascente em seu interior. No inverno, o volume de água dele variava, a depender das chuvas. No verão, eram dois metros de profundidade.

O Riacho da Várzea ficava perto de casa, mas o Poço Redondo, a um quilômetro e meio. Isso, porém, não impedia que se tomasse regularmente banho nele, principalmente nos fins de semana, no período invernosos. Nesse ponto do riacho, tive grandes alegrias, brincando com meu irmão Lucrécio e com filhos de moradores ou pescando traíras nas locas das pedras. Felicidade maior acontecia diante das enxurradas. Grande volume d'água se formava, com correntezas e ondas que desafiavam os mais corajosos. Quando elas aconteciam, eu e meu irmão, por precaução e repreendidos em casa, não entrávamos n'água.

Havia no “Buqueirão”, oito famílias agregadas. Viviam da roça, da criação de porcos, da caça de animais silvestres e, por isso, era comum a troca de alimento por trabalho. No período das roças, tanto no plantio como na colheita de grãos, o movimento de gente por lá crescia com a vinda de trabalhadores de outras localidades para trabalhar. Minha presença e a de Lucrécio

junto aos trabalhadores eram diárias. Tanto realizávamos os mesmos serviços que eles como nos fazíamos ativos para controlar o trabalho e evitar a malandragem.

Além da agricultura e da pecuária, a fazenda tinha no extrativismo uma das fontes de renda. Ele se revertia, em parte, em favor dos moradores, que colhiam oiticica e comercializavam sem nenhuma restrição de meus pais.

Toda a região do “Buqueirão” cercava-se de extrema pobreza. Isso levava minha mãe à ação solidária, para minorar principalmente a fome dos moradores. Era comum, no final do ano, por exemplo, quando terminavam os recursos dos trabalhadores, recorrer-se à mamãe, especialmente as moças, com o pedido para pilar arroz ou milho. Mamãe dividia ao meio a quantidade pilada, para que as moradoras levassem para suas casas. Meu pai, solidário à atitude, não interferia nas atitudes da esposa. Eram, as décadas de 1940 e 1950, um tempo de muita precisão.

A pobreza da região se revelava também no acesso à infraestrutura que facilitasse uma vida digna. Água, somente em olho d’água de difícil acesso; poço que abastecia gente oriunda de longe. Ficava em um córrego profundo, que cortava grande parte do Morro do Espontal, morro que impedia o transporte da água por animais, obrigando que ela fosse transportada em caba-

ças sobre o ombro ou cabeça das pessoas. Luz, nem em sonho. À noite, a iluminação na casa dos moradores era a lamparina, com pavio molhado com olho de mamona ou vela de cera de abelha muito abundante por lá, naquela época. Na sede da fazenda, diferentemente, usava-se a lamparina a querosene.

Nessa época, não havia preocupação com higiene bucal. As cáries dentárias eram comuns, assim como a perda de dentes. Eu estava entre os que ia aos poucos perdendo os dentes. Aos 15 anos, quando vim para Elesbão Veloso, procurei um arrancador de dentes que me retirou 5 da mandíbula e maxila.

Ali, ninguém mostrava interesse em aprender algum ofício. Esse ânimo surgiria apenas em 1955. Uma família numerosa, os Mondeza, decidiu aprender o ofício de carpintaria. Os Mondeza compraram serrotes e serravam madeira, que era comercializada em Elesbão Veloso. A ação contribuiu para verem a vida de outro jeito.

Minha infância, como a de outras crianças residentes no “Buqueirão”, foi de bastante trabalho. Minha principal brincadeira era com os irmãos e os filhos dos moradores. Geralmente, além de banhos e pescarias, imitávamos lutas corporais, nas quais usávamos como tapete a palha de carnaúba, jogada na frente da casa, após a coleta do pó.

Luz no meu caminho

Dos doze aos dezoito anos, apresentei intolerância gástrica a alguns alimentos. Isso era intensificado com frequentes crises de disenteria, provocadas por protozoários. Naquela época, tratava-se o problema tomando chá de casca de catinga de porco ou de chapadeiro.

Um dia, fui chamado para fazer uma cerca de arame farpado na fazenda Gameleira, à distância de 4 km de Elesbão Veloso. Dirigi-me ao meu destino em bicicleta emprestada por senhor de apelido Tenente Romano, pessoa generosa, um pouco humorista, e de minha estima. Durante o trabalho, comecei a sentir fortes dores na virilha direita e vontade de vomitar. À tarde, comuniquei meu estado de saúde ao colega de trabalho Pedro Ursulino e ele me aconselhou a ir para casa.

Em minha casa, em Elesbão Veloso, onde residiam minha mãe e suas filhas, falei aos meus pais o que eu estava sentindo. Deram-me remé-

dios para dor e vômitos. Mas não era uma simples dor de barriga. No dia seguinte, eu já estava em desespero, com dores abdominais insuportáveis. A medicação era sempre a mesma e não fazia o efeito esperado.



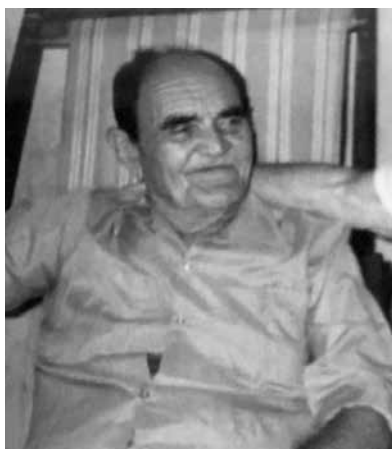
Maria da Luz

Foram-se passando os dias. Eu, cada vez, piorando. Passaram a me aplicar injeções de glicose e dextrovitase. Com o agravamento de meu estado geral, perdi a capacidade de me movimentar. Fiquei em decúbito dorsal, com abdômen muito distendido. Logo apresentei desidratação, que impedia que eu fechasse a boca e os olhos completamente. Não conseguia sequer me alimentar.

Minha família pôs gente de sentinela, dia e noite, esperando que o pior viesse a acontecer. Eu, porém, sobrevivia. Uma senhora, de nome

Maria da Luz, que amamentava uma criança, passou a tirar seu leite em colher de sopa e a colocar em minha boca. Isso ia me garantindo forças que reforçavam a minha imunidade.

Já se passavam vinte e quatro dias do início da doença, quando uma senhora de nome Raimunda Braz, vendedora de bananas na Várzea Alegre, BR-316, ouviu do senhor Zezi Soares que o médico Dr. Ursulino, em companhia do senhor Everton Soares (pessoa de posses, gentil, que possuía influência política sobre os moradores da região), ia almoçar com ele. Essa senhora deixou a sua venda de bananas e foi avisar meus pais sobre a presença desse médico e aconselhou que mostrasse ao doutor o rapaz que não estava querendo morrer.



Everton Soares

Meu pai pediu ao senhor Everton Soares que trouxesse o médico para me ver. Quando o médico chegou, foi logo reclamando: “Por que não já levaram este rapaz a Teresina?”. Meu pai não conhecia os médicos e muito menos os hospitais. Nunca havia saído de seu torrão-berço. Não respondeu nada ao médico.

Doutor Ursulino disse que meu estado geral era muito ruim (eu estava com apendicite), mas que prescreveria uma medicação, somente encontrada na Farmácia dos Pobres, em Teresina. Diante disso, meu pai pediu ao Dr. Enéas, farmacêutico estabelecido em Elesbão Veloso, para pedir aqueles remédios. Para surpresa de papai, o farmacêutico tinha os remédios consigo.

Foi a minha salvação. Para que o medicamento viesse de Teresina, demoraria entre 3 a 4 dias em viagem. Provavelmente, não resistisse. Tomei muitos medicamentos. Após quatro dias, eu já me sentia melhor. Inclusive, já me alimentava com sopa. Aos 15 dias, estava caminhando e já tinha condições de viajar para Teresina, como aconteceu.

Tomamos um caminhão na Várzea Alegre, arranjado por Zezi Soares, às 8 horas da manhã. Às 17 horas, aportávamos no consultório do Dr. Ursulino. A consulta foi logo resolutiva: mandou-me para o Hospital Getúlio Vargas e marcou de imediato a cirurgia para as 6 horas do dia se-

guinte. No horário marcado, fui levado ao centro cirúrgico, onde se encontravam os doutores Ursulino Martins e Adonias Carvalho, prontos para executar o procedimento médico.

Fizeram anestesia local e retiraram o apêndice, que já estava cicatrizado, mas deixaram o abscesso na cavidade abdominal. Durante esse procedimento, eu reagia, o que obrigou a recorrerem a duas pessoas, para me segurar na mesa cirúrgica. A dor era grande e se irradiava para o tórax e para o pescoço.

No apartamento, entregaram-me o apêndice em um vidro, levado para Elesbão Veloso e, quando eu cursava a clínica cirúrgica, verifiquei que já estava cicatrizado. Fiquei por quinze dias internado. Ao ter alta hospitalar, voltei a Elesbão Veloso, com muita palidez, tomando os mesmos medicamentos. Depois desses quatro dias, senti uma cólica intestinal. Na sentina, defequei mais ou menos dois litros de pus com líquido muito fétido. O abscesso que estava na cavidade abdominal fistulou para a alça intestinal e drenou pelo reto, quando transcorriam 59 dias do início da doença.

Às dez horas daquele mesmo dia, fui à farmácia tomar as injeções e o farmacêutico trouxe-me uma notícia alvissareira: “Eu já estou vendo umas hemácias nas suas orelhas”. Poucos dias depois, procurei Dr. Enéas, para dizer-lhe

que eu já me sentia bem e que queria voltar para a fazenda. Ele reagiu à ideia e me recomendou: “Você tem que passar, no mínimo, seis meses sem trabalhar, devido a operação e a doença”. E acrescentou: “Você é um rapaz de raça boa, mas analfabeto. Vá estudar! Eu estou criando uma escolinha de nome Instituto Getúlio Vargas!”. Eu reagi, com certo desânimo e retraimento: “Dr. Enéas, já sou velho para estudar com crianças?”. Ele me estimulou a frequentar a escola que criava afirmando que lá havia alunos de minha idade e até mais velhos. Aceitei o convite e comecei, entusiasmado, meus estudos, embora eu já escrevesse determinadas palavras.



Dr. Enéas Nogueira

Na escola de Dr. Enéas, tive bons professores: prof. Beni Lopes (Português), Dr. Eneas Nogueira (Matemática) e Dra. Ilná (Geografia e História). Eles ensinavam muito bem e com muita didática. O suficiente para eu fazer o primário. Após concluí essa etapa de minha formação escolar, resolvi fazer o exame de admissão em Valença do Piauí.



Benoni Portela Leal

Para que eu realizasse o teste admissional, meu pai pediu ao Dr. João Soares da Silva, juiz do trabalho em Teresina, que me levasse e me deixasse na cidade de Valença, na casa do major Gérson Soares. Justificou o pedido, afirman-

do: “Este rapaz, depois de velho, está querendo estudar!”. Dr. João Soares retruncou, louvando minha iniciativa: “Muito bem! Eu também me formei depois de velho”.

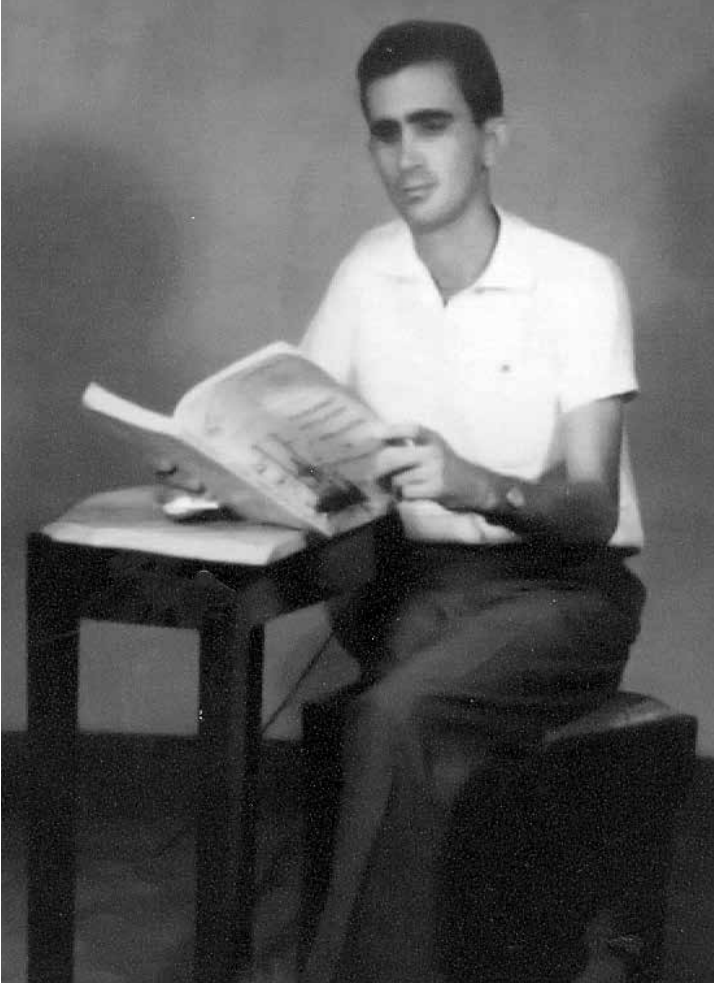
Fui a Valença. Fiz o exame de admissão. Obtive a aprovação e ali estudei o primeiro ano do ginásio. Tive a melhor aprovação da minha turma. Com isto, recebi parabéns, inclusive do senhor Benoni Portela Leal, que me ofereceu uma bolsa de estudo. Entretanto, eu teria que fazer uma prova para justificar o mérito. Fiz uma prova ruim, assim como os demais cinco estudantes que estavam na mesma empreitada. Porém, só a promessa dele era suficiente para ganhar aquela bolsa de estudo. Ganhando a bolsa, transferi-me para o Colégio Diocesano em Teresina, administrado por padres, e ali fiz o 2º e o 3º anos do ginásio.

Teresina de minha mocidade

Quando me estabeleci em Teresina e integrei-me ao Colégio Diocesano, a direção daquela entidade era exercida pelos padres, que exigiam muita disciplina. As exigências da escola determinaram que minha conduta fosse de extremo empenho. Eu estudava em torno de dez horas por dia e isso me obrigou a abandonar as diversões.

Quando cheguei a Teresina, fui morar com três estudantes de Elesbão Veloso; duas moças e um rapaz, filhos de um funcionário da SUCAM. A manutenção daquela casa era de total responsabilidade dos pais dos alunos. A infraestrutura, acanhada. A morada tinha três quartos. Um deles, exclusivo às moças. Na sala do segundo quarto, havia uma mesa e, ao lado dela, eu armava minha rede. Ali, no chão, acomodava minha mala, sobre a qual punha meus livros. Do outro lado da mesa, o rapaz que dividia o quarto comigo dispunha seus objetos do mesmo modo que

eu. No terceiro quarto, funcionava a cozinha; o banheiro ficava no quintal, cercado com talos de palha do coco babaçu, os quais, também, cercavam o sanitário.



Jesuíto Soares Dantas, em 1957, em Teresina

Passei dois meses residindo ali. Desisti de morar nessa casa em função do desconforto e da ausência de privacidade. Passei a morar na casa que ficava por atrás da igreja da Vermelha. Pertencia ao carpinteiro José Soares, procedente de Elesbão Veloso e muito meu amigo. Lá, também se recebiam os mantimentos, vindos de Elesbão Veloso. Nessa casa, havia quatro cômodos e somente um acesso; através dele, as pessoas entravam pela porta da frente da carpintaria, depois passavam pelo nosso quarto (meu e do dono da casa) e chegavam ao quarto do meio, onde dormiam dona Agostinha e suas duas filhas. Daí, dava-se acesso à cozinha, tudo interligado, apenas fechado por cortinas, que conferiam uma falsa privacidade. Portas de madeira, só mesmo a da frente e a última da cozinha. A última porta dava acesso aos fundos do terreno e lá ficava o precário sanitário, mas feito de alvenaria. Não havia onde tomar banho. O banheiro era o rio Parnaíba, para onde nos dirigíamos à tardinha. Era sempre muito agradável, porque havia sempre muita gente no banho à beira do rio.

Passei um ano nessa casa, foi quando um elesbonense, Sebastião Loiola, colocou uma pensão para estudantes de Elesbão Veloso, na rua Rui Barbosa, próximo ao colégio Diocesano. Mudei para lá, e fiquei por um ano; até quando deixou de ser pensão e de receber estudantes.

Mudei para outra pensão na mesma rua e mais próximo do colégio; porém, a nova hospedaria era muito cara para mim. Nesse hotel, fiz muitos bons amigos, amizades que prosseguem até hoje. Entre eles, João Meneses da Silva, que se formou em Direito, exerceu a magistratura e chegou à presidência do Tribunal de Justiça e do Tribunal Eleitoral.

Fiquei procurando um outro local mais barato; então, fui morar na rua São João, em pensionato de gente de Várzea Grande. Lá, permaneci por mais de um ano. Novamente, acabaram com a pensão e, outra vez, fui para uma casa perto da igreja São Benedito, na Rua Paissandu. Nela, fiquei por um período de oito meses juntamente com um amigo de infância, Odair Silva Soares, sobre quem falarei no parágrafo a seguir. Quando ele foi fazer o vestibular em Recife, mudei-me para pensão de dona Bené Lopes. Lá fiquei até o segundo ano científico, quando fiz minha transferência para o colégio Carneiro Leão, em Recife.

Tive a sorte de conviver com muitas pessoas generosas em cada pensão. Entre elas, Odair Soares, que morou comigo nas pensões da rua São João e Paissandu. Dele, recebi muita orientação, inclusive para fazer o vestibular em Recife. Ele era dois anos mais adiantado que eu nos estudos. Fez vestibular para agronomia em Recife e lá se estabelecerá para estudar.

Quando fui à capital pernambucana em busca de oportunidades, contei com a ajuda dele para matricular-me no Colégio Carneiro Leão e para assentar-me em pensão. Posteriormente, matriculei-me no Curso Pernambucano. Sua sensatez e visão me foram de expressivo valor. Muito devo a suas orientações.

Ainda que os meus sonhos de vencer me absorvessem quase que integralmente, rememoro que aproveitava os sábados e domingos, à noite, para passear na Praça Pedro II. Tinha, então, 21 anos. Eu chegava à praça por volta das 19h e retornava à pensão quando já estava perto de se apagar a luz da usina. Quando esse horário se aproximava, de uma hora para outra, a Pedro II se esvaziava, para em pouco tempo apagar seu brilho pela escuridão da noite. Dali, eu e meus companheiros de passeio, geralmente estudantes de pensão, acompanhávamos as moças até suas casas.

Nesse tempo, participei de muitas festas, aos domingos pela manhã, no Clube dos Diários. Mesmo sem ser sócio, tinha a felicidade de ser amigo de filhos de acionistas. Os colegas entravam no clube e acabavam por me colocar nas dependências. Era uma Teresina pacata, alegre e festiva.

Minha formação acadêmica em Recife

Estabelecido em Recife, fiz o Curso Pernambuco, que preparava para o vestibular. Naquela cidade, fui morar em uma pensão na rua da Soledade, número vinte cinco, bairro Boa Vista. Nessa época, havia uma grande movimentação política, liderada por políticos socialistas, que faziam de tudo para conquistar os indecisos.

Havia um líder estudantil de nome Garibaldi, que se fazia presente onde houvesse estudantes, oferecendo vantagem, presenteando os estudantes com cartão de alimentação, que dava direito aos refeitórios das faculdades. Ele recrutava as pessoas para aplaudirem os políticos socialistas, que, em troca, pagavam com dinheiro, para que os beneficiados os acompanhassem à tevê, a fim de aplaudi-los. Um dia, ganhei um desses cartões, porém, não o usei durante o pré-vestibular, pois, saindo para fazer refeição fora da pensão, tomaria o meu tempo de estudo.



Cartão que me dava acesso à alimentação em tempos difíceis

Minha rotina era de estudo ininterrupto. No meio do ano, o Curso Pernambucano fez um vestibular simulado. Na classificação, ficaram em primeiro e segundo lugares dois estudantes de Campina Grande e eu fiquei em terceiro lugar. O resultado reforçava meu entusiasmo e me fazia acreditar que eu alcançaria meus objetivos.

No final do curso, fiz o vestibular nas duas faculdades públicas de Pernambuco, mas somente fui aprovado para a Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco antes do golpe militar. A faculdade estava em processo de estatização e exigiu que aumentasse o número de vagas. Por isso, foi necessário se fazer outro vestibular.

Houve uma aprovação excessiva, que ocorreu logo depois da mudança de governo. Autorizou-se a matrícula de todos os aprovados, um total de 126 alunos, número que tornava impossível a faculdade funcionar com qualidade.

Nessa época, passei a usar o cartão de alimentação que me fora concedido pelo líder estudantil. Isso não agradou a dona da pensão, e fui, por questões financeiras, forçado a me mudar para uma pensão velha e ruim, com quartos de tábuas, no segundo andar, na rua Barão de São Borja. Nesse período, o senhor governador Petrônio Portela veio a Recife, para tratar de assunto relativo à SUDENE.

Fui falar com ele no Grande Hotel e lá conheci seu segurança, um coronel da polícia de Teresina. Ele me apresentou ao governador e tive a oportunidade de pedir a ele que me arranjasse uma vaga na casa de estudantes do Derbe. Ele me prometeu e fez uma recomendação ao governador Paulo Guerra. Levei o bilhete ao palácio do governo, porém, um funcionário daquela casa pediu para ver e logo mandou que eu fosse morar na casa de estudantes do Derbe. Lá somente fiquei por 4 dias, porque a alimentação era insuportável. Mudar-me-ia para o quarto de um colega piauiense, Florêncio, na avenida Manoel Borba, que ficava próximo à Faculdade, aonde a gente ia a pé.

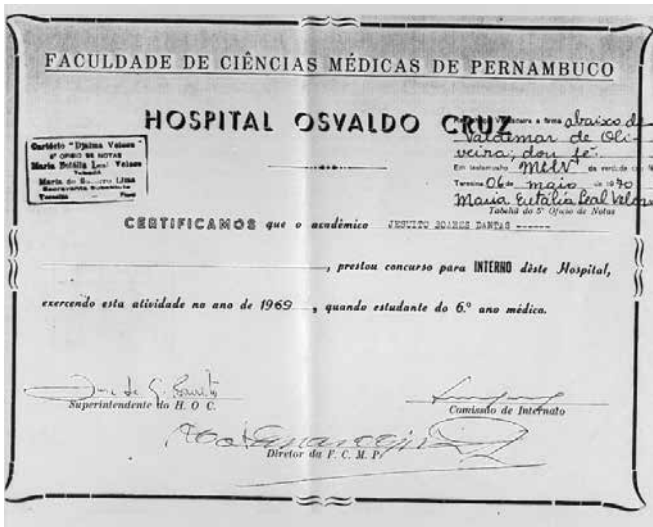
Nesse período, a Faculdade desativou a Casa Santa Inez, anexa da Faculdade, transferindo os pacientes para o Hospital Osvaldo Cruz; e colocaram os cadáveres formolizados em todo o andar térreo daquela casa, no mesmo compartimento onde funcionara a administração da entidade, para serem estudados pelos alunos. Em situação parecida à minha, de extrema dificuldade financeira, havia dois colegas. Um aluno de Barreiros-PE, George Sanguinetti, e outro de Pomboal-PB, Mascena Dantas, que comigo, natural de Elesbão Veloso-PI, fomos pedir ao Professor Avelino Cardoso, da anatomia e da neuroanatomia, que nos deixasse morar no segundo andar da Casa Santa Inez, que estava desocupado.

O Professor nos concedeu esse valioso favor. Ficamos morando lá até que fizeram a mudança da Faculdade e da Casa Santa Inez para o Hospital Osvaldo Cruz. Quando da transferência, nós também fomos incluídos naquela mudança. Ficamos naquele hospital conjuntamente com os residentes e tivemos direitos a quartos individualizados e a todas as refeições, além de ficarmos acompanhando aqueles residentes nos seus atendimentos médicos.

No Hospital Escola Osvaldo Cruz, aconteciam todas as aulas teóricas e muitas das aulas práticas, como cirurgia-geral, cirurgia-torácica, cirurgia gastrointestinal e outras. As cirurgias de

obstetrícia, de ginecologia e de pediatria eram feitas em outros hospitais. Naquele hospital, funcionava o isolamento do Recife, com tratamento complexo e completo e com um Laboratório de Cultura e Antibiograma.

No terceiro ano, eu não tinha ainda conhecimento suficiente para substituir plantonista residente, porém, nas festas de suas formaturas, no período da noite, eles, os concludentes, deixavam-me nos seus plantões, sem eu saber fazer as descrições de uma internação hospitalar. Como meu interesse em aprender e aprender não tinha tamanho, eu aceitava o desafio, mesmo sabendo dos riscos que isso me impunha. Hoje, com a lucidez da idade, talvez minha decisão fosse outra.



Certificado de residente do Hospital Oswaldo Cruz

Quando aquilo ocorria, no dia seguinte o professor de doença infectocontagiosa, o Dr. Rinaldo de Azevedo, chefe do isolamento, mandava chamar-me, para me repreender sob o argumento de que eu não podia ainda fazer internação de paciente; inclusive, me proibia de fazê-lo.

Quando concluí o quarto ano médico, fiz o concurso público do estado, para residente em obstetrícia, e fui aprovado. Trabalhei na Maternidade Bandeira Filho todas às quartas-feiras. Ali eu já acompanhava durante a noite o residente Genésio, natural de Caxias-MA. Meu maior anseio era trabalhar nessa maternidade. Ali, eu já era conhecido, além do mais, seria remunerado com salário de CR\$ 120.00 cruzeiros.



Maternidade Bandeira Filho, em Recife

Na Maternidade Bandeira Filho, havia dois médicos plantonistas, que nos orientavam e deixavam que realizássemos os procedimentos cirúrgicos sob suas vigilâncias. Havia um professor de Ginecologia, Dr. Luiz Dias, que sempre fazia cirurgias ginecológicas naquele plantão. Eu era seu auxiliar. Sob sua orientação, ele permitia que eu realizasse cirurgias como histerectomia abdominal e colpoperineoplastia.

No quinto ano médico, conheci um professor de cirurgia de muita competência profissional: Dr. Carlos Loy. Ele operava em muitos hospitais de Recife, inclusive, no Hospital Osvaldo Cruz. Certa vez, convidou-me para ajudá-lo em uma cirurgia pulmonar. Foi uma operação cansativa, em função do tempo gasto para sua realização. Após o procedimento, o cirurgião passou a me convidar para que o ajudasse em todos os tipos de cirurgia daquele hospital. Além disso, levava-me para auxiliá-lo em outros hospitais. Acompanhando-o por um período de dois anos, os atos cirúrgicos se tornaram banais para mim, em virtude da repetição deles. Em todo esse período, somente presenciei sucesso aos operados.

No final do quinto ano médico, o Hospital Escola Osvaldo Cruz fez o concurso para residente plantonista. Tive a honra de ser aprovado. Tratava-se o concurso de uma grande competi-

ção: o número de vagas era muito reduzido (catorze vagas), com remuneração de CR\$ 130,00 cruzeiros. Como eu já residia ali há três anos, não tive dificuldade para fazer os plantões, pois eu já sabia fazer os mais variados procedimentos, como dissecação de veias de pacientes tetânicos e traqueostomia nas crianças que chegavam, em fase final, com difteria.

Durante os sete anos que passei estudando em Recife, minha vida constituía-se quase exclusivamente dos livros e do trabalho. Não tive uma só pessoa de minha família presente, a não ser o meu irmão Lucrecio Dantas, que estava com câncer de cabeça e que veio acompanhado de meu cunhado Antonio Fonseca, para fazer uma avaliação neurocirúrgica com o professor Manoel Caitano, no Hospital Pedro Segundo, em Recife PE.

No período de minha formatura e nas festas comemorativas, não tive o prazer de ter uma só pessoa de minha família presente, por razões justificadas. Em 7 de Dezembro de 1969, recebi o meu canudo de papel, em companhia de dona Maria Farias, esposa de um caminhoneiro que levava merenda do Piauí para os estudantes piauienses que moravam em Recife. No clube internacional, na festa de comemoração dessa formatura, ficaram na minha mesa: dona Maria Farias e sua filha, com Dr. Edinaldo, chefe dos residentes, e sua namorada.



Jesuíto Soares Dantas, em 1969 – fotografia de formatura em Ciências Médicas, pela Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco

No período em que morei em Recife, minha vida se limitava somente aos meus estudos e treinamento de aprendizagem nos hospitais. Não havia um amplo entrosamento de amizade com a minha turma; não só pelo grande número de colegas, como pelo reduzido tempo que passava na companhia deles, geralmente o período das aulas. A comunicação com os colegas ficava restrita aos intervalos.

No final das aulas, quando todos se retiravam, eu ficava naquele hospital escola. Em minha companhia, os residentes do hospital e os colegas Mascena Dantas, Adalberto e George Sanguinetti. Minha maior aproximação era com

aqueles estudantes que sempre vinham estudar aos domingos no HOC. Entre eles, Mário Neves(Bata), Sargento Ramos, José de Anchieta. Embora raramente, vinham também outros colegas, que trabalhavam nos plantões da Maternidade Bandeira Filho.

A minha convivência era maior com os residentes, com o corpo clínico e com as pessoas daquele hospital. Regularmente, algum colega concursado me convidava para auxiliá-lo nos seus plantões, no período da noite, tanto na Maternidade da Encruzilhada como na Bandeira Filho; isso ocorreu quando eu estava no terceiro e quarto anos de minha formação médica. Nesse período, eu já morava na residência médica no HOC. A minha visão, portanto, estava limitada aos hospitais e aos tratamentos médicos; não havia perspectiva para vida política e social, e, naquele momento, eu nunca havia imaginado que, apesar de toda a minha formação e esforços para ser um médico competente e empenhado em minha missão, necessitasse, para trabalhar, de indicação e proteção política.

II

OS ANOS INICIAIS DE
EXERCÍCIO PROFISSIONAL



Início da carreira médica

Enfim, formado, retornei ao Piauí, à minha cidade natal Elesbão Veloso. Logo fui contratado pelo prefeito Dr. Enéas Nogueira, para fazer atendimentos médicos em um posto de saúde nos finais de semanas. Naquela época, não havia concurso público no Estado. O acesso ao serviço público acontecia por indicação política, o que se tornava muito difícil. Porém, o secretário de saúde, procedente de Valença (da região hoje transformada no município de Novo Oriente) e, também, oriundo da Faculdade de Ciências Médicas de Pernambuco, era profissional já conhecido por mim. Eu o ajudara em um plantão, como acadêmico, em um atendimento dele em posto de saúde.

Com todas essas prerrogativas, fiquei com muita esperança de ter oportunidade de me empregar pela Secretaria de Saúde do Estado. Fui a Teresina para falar com o secretário, mas mi-

nhas esperanças não se confirmaram: fui recusado. Porém, em dias posteriores, voltei lá, fiz os mesmos apelos, e ele novamente os recusou, alegando que, se fosse para um posto de saúde de uma cidade do interior, seria possível. Eu refoi a proposta. Tentou convencer-me dizendo que ele e mais uma relação de colegas (citando nomes), trabalharam no interior para depois se transferirem para Teresina.

Fiquei sem opção, então, decidi alugar uma casa em Teresina, para que eu pudesse andar diariamente da Maternidade São Vicente ao Hospital Getúlio Vargas, na esperança de encontrar um médico que me desse uma oportunidade. Nesta mesma época, houve a inauguração do Hospital do Segundo BEC, já com credenciamento do INAMPS, porém, os médicos obstetras da Maternidade S. Vicente ocuparam todas as vagas. Mas como o INAMPS pagava os médicos por US (unidade de serviço) e havia uma limitação que correspondia, na obstetrícia, a 17 procedimentos (cesarianas ou partos normais ou curetagem uterina) aqueles plantonistas já faziam essa quantidade de procedimentos na maternidade S. Vicente durante o mês e ficavam impossibilitados legalmente de também o fazerem no Hospital do BEC. Diante disso, houve desistências daqueles plantões. Eu já sabia que só conseguiria aqueles plantões por indicação de

pessoa de muita influência política. Foi quando procurei o Dr. Lucídio Portela e pedi a ele que me colocasse como plantonista do INAMPS, no Hospital do Segundo BEC. Fui muito bem atendido e fiquei plantonista de sobreaviso durante o mês todo, fazendo cesarianas, partos normais e curetagem uterina, sempre ajudado por atendentes de enfermagem.

Medicina no Hospital do BEC

No primeiro mês de trabalho, houve 37 procedimentos e, no segundo, mais de 70. Esse ritmo de trabalho se tornou impossível para um só plantonista; comuniquei ao diretor Dr. Isânio Mesquita para que colocasse mais um plantonista, e assim aconteceu. Ficamos atendendo todas as pessoas durante 12 anos e sempre extrapolando as nossas obrigações, que eram de 17 procedimentos por mês. No início do meu atendimento naquele hospital, encontrei-me com Dr. Djalma Santos Lima Verde, que me perguntou se eu fazia cirurgia de câncer de colo de útero. Afirmi que sim. Ele me disse que seu atendente do INAMPS estava com a mãe nesse estado de saúde e pedia a mim que operasse a genitora do rapaz. Disse a ele que poderia marcar a cirurgia, que levasse os exames pré-operatórios e que ele me ajudaria. Realizada a operação, ele me perguntou se ele podia marcar outras cirurgias gine-

cológicas contando com minha atuação médica. Afirmei que sim.

Com essa credibilidade que Dr. Djalma me proporcionou e com o credenciamento que Dr. Lucídio me deu, tudo ficou mais fácil para mim. A esse tempo, Dr. Hugo Bastos, diretor do IPA-SE, credenciou-me para fazer atendimentos ginecológicos em consultório e o Dr. João França Filho me telefonou, convidando-me para que eu fosse fazer minhas cirurgias na Casa Mater. Nessa época, o Sr. João Soares da Silva Sobrinho estava sendo o superintendente do INAMPS e me prometeu que, antes de ele sair daquela diretoria, iria me contratar, o que se tornou realidade. Fiquei sendo plantonista do SANDU (posto de atendimento médico do INAMPS). Fazia 4 plantões por mês, em um contrato de onze meses, com possibilidade de renovação.



Dr. Djalma Santos Lima Verde



João Soares da Silva Sobrinho

Meses depois desse acontecido, encontrei-me com dona Leda Luz, residente em Picos , que era muito amiga do então governador Helvídio Nunes de Barros. Ela já sabia da minha rejeição na Secretaria de Saúde do Estado e me perguntou se eu ainda queria ser contratado pelo estado. Afirmiei que sim e dona Leda me assegurou que ia arranjar o contrato. Agradei-lhe sua boa vontade e ela me assegurou que iria levar, em seu nome, o pleito ao governador. Na semana seguinte, ela me pediu que procurasse o governador Helvídio Nunes, porque tudo já estava acertado.

Fui marcar a audiência no Palácio do Karnak, para falar com o Governador sobre o contrato, porém, não foi possível ser atendido, porque a agenda para falar com ele já estava cheia. Tomei conhecimento de que ele iria viajar a Brasília às 14 horas. Fui esperá-lo no aeropor-

to, acompanhado de Manoel Soares da Costa, que era amigo do então Governador. Quando me apresentei e me identifiquei, ele fez uma recomendação por escrito ao secretário de saúde. Determinava que me contratasse. Levei à Secretaria de saúde. O secretário me permitiu que eu escolhesse onde queria exercer minhas atividades. Optei pela Maternidade! O gestor da saúde me disse que lá não havia vagas e pediu que eu escolhesse entre o pronto socorro ou a clínica médica. Não foi cogitada a oportunidade de trabalhar na atividade que seria meu anseio: a obstetrícia. Decidi pela clínica médica.

O secretário de saúde fez uma jogada danosa em desfavor de uma pessoa sem maldade e sem experiência política, o que só tomei conhecimento depois do acontecido. A escolha seria minha, com autorização do governo do Estado, e não por imposição do secretário de saúde. Esse contrato para clínica médica, segmento em que não desejava trabalhar, iria me excluir de ser obstetra ou ginecologista do Estado do PI, embora eu apresentasse certificado de concursado do Estado de Pernambuco nessa área.

Meus pleitos em favor de Elesbão Veloso

No governo de Alberto Silva (1971-1974), Dr. Dirceu Mendes Arcoverde era o Secretário de saúde. O Dr. Sebastião Aécio de Carvalho, médico em Piripiri, foi chamado para ajudar o Dr. Dirceu na referida secretaria. Nessa ocasião, ele foi contratado para fazer plantão no SANDU e, por acaso, escalado para minha equipe. Em um desses plantões, o secretário de saúde autorizou Dr. Sebastião Aécio que procurasse um farmacêutico para assumir a Central de Medicamentos. Diante do ocorrido, referenciei ao Dr. Aécio o nome do Dr. Enéas Nogueira, meu conterrâneo e meu guia na fase inicial de meus estudos. Um homem de muito valor, além de vocacionado para a atividade profissional que escolheu. Mostrei as boas qualidades do farmacêutico como pessoa humana e como ótimo administrador e pedi o emprego para ele, o que foi concedido.

Nesta mesma época, tive outra grande felicidade, ligada, mais uma vez, em favor de minha cidade natal. Houve uma convocação a todos os Estados da Federação Brasileira para que apresentassem as condições socioeconômicas de seus Estados e resoluções para as adversidades constatadas na saúde pública. Dr. Sebastião Aécio de Carvalho representou a Secretaria de saúde e o Dr. Jurandir Mendes Soares, o FUNRURAL. Aproveitei o ensejo para solicitar a eles um hospital para Elesbão Veloso; Dr. Edgar pediu outro para Fronteiras, e Francisco Miguel, para S. Miguel do Tapuio. Todas as casas de saúde foram concedidas com recursos creditados no FUNRURAL.

Precária infraestrutura hospitalar e episódio desagradável

Nesta época, eu estava sobrecarregado com compromisso e deveres e o meu tempo se limitava, quase que exclusivamente, em dar assistência clínica e cirúrgica às pessoas que me procuravam ou me eram recomendadas.

Nesse tempo, as pessoas pouco buscavam por atendimentos médicos, principalmente na ginecologia e na obstetrícia. Não havia hospital suficiente, e poucos médicos obstetras. As famílias tinham uma prole muito grande, de 7 a 10 filhos. A presença de mais médicos e mais hospitais reduziria o tormento das pacientes que queriam ser operadas de cesariana com laqueadura tubária. Era grande a demanda de pacientes que queriam também corrigir deformidades, deixadas pelas repetições de partos normais e, infelizmente, não atendidas em seu anseio.

Nesse período, o Hospital do 2º BEC era muito procurado, e lá só havia dois plantonistas,

eu e outro colega. Havia um número de atendimento em obstetrícia, feito em estatística de 144 partos e 44 cesarianas, por mês; mas uma limitação financeira do INAMPS, que só pagava por 17 procedimentos ao mês. Em ginecologia, porém, não havia limites de teto: todos os procedimentos eram pagos. Assim, todos os excessos de procedimentos obstétricos, as despesas hospitalares ocorridas, eram todas pagas ao hospital. Ocorreu uma auditoria do INAMPS naquele hospital e se constatou que os médicos plantonistas da obstetrícia trabalhavam por amor à profissão e pela vontade de servir àquele povo carente.

Em Teresina, naquela época, havia duas equipes de anestesia: a CAP e a SAT, que manifestavam grande rivalidade entre si. O chefe da equipe CAP era um senhor com um histórico de muita agressividade, tanto física como moral, para com os colegas anestesistas e certos cirurgiões. Certa vez, aconteceu em um de meus plantões de se marcarem três cirurgias eletivas (às 7h, Dr. Arimatéa; às 8h, Dr. Jesuíto e às 10h, Dr. Vladimir). Naquele Hospital do Segundo BEC, só havia uma sala cirúrgica para cirurgia de grande porte e uma para curetagem uterina e laqueadura tubária. Quando eu cheguei ao hospital para assumir o plantão, estava operando o ginecologista Dr. Arimatéa, que já tomara parte do meu tempo da cirurgia marcada para às 8h.

Ocorre que, em cirurgia, não há tempo marcado para terminar.

Eu era o responsável pelas demandas daquele Hospital, e constatei que havia entre aquelas gestantes um sofrimento fetal, por desproporção cefalo-pélvica, uma emergência. Coloquei a paciente na sala de cirurgia e realizei a cesariana em 25 minutos. Ainda dispoendo de tempo, coloquei na sala a paciente, cujo procedimento já estava marcado. Era uma histerectomia ampliada de câncer, que precisava de muito tempo para ser realizada. A cirurgia marcada para depois da minha era do Dr. Wladimir, e seu tempo foi gasto com a minha cirurgia. Desse modo, ocorreu uma crise de revolta, estimulada pelo anestesista ao Wladimir, para um confronto comigo, porque tinha atrasado uma laqueadura tubária que ele agendara.

Durante a minha cirurgia, recebi uma recomendação do diretor Anderson Viana Salgado, para que eu conversasse com o Wladimir. Ao terminar a cirurgia demorada, fui à sala para trocar de roupas, quando encontrei os médicos me esperando. Nessa época, eu tinha hábito de tirar a camisa que eu estava vestindo e jogar com força no meio da sala. Percebi no rosto daquele médico ódio por minha pessoa. Perguntei a ele o que o incomodava. Ele me agrediu com palavras: “Você é um moleque! Seus procedimentos são de moleque!”.

Retruquei jogando a mão no rosto dele, mas, para sua felicidade, não o alcançou. Ele fugiu para o Centro Cirúrgico. Chamei o diretor, avisei que eu tinha sido agredido com palavras pelo Dr. Vladimir e que eu era o plantonista e responsável pelas demandas daquele hospital. Comuniquei que, quando aqui cheguei, a sala estava ocupada no meu horário, por Dr. Arima-téa. O anestesista disse que eu estava mentindo, deu-me um soco no meu estômago e revidei com uma pesada na barriga, tão forte que ele pulou de costas e pisou na blusa que eu havia jogado no chão; escorregou e caiu para trás. Nesse instante, o diretor Anderson Viana Salgado interveio, amenizando os ânimos e me dando total razão pelo acontecido.

Enfim, meu sonho realizado!

Em 1970, após minha nomeação no Estado, fiquei atendendo no Hospital Getúlio Vargas. Dona Leda Luz tomou conhecimento que eu não ficara atuando na Maternidade e que não estava satisfeito. Então, convidou-me para irmos falar com o governador, a fim de modificar o contrato, desviado intencionalmente, para uma clínica onde eu não desejava trabalhar. Decidi deixar como estava, na intenção de, com calma e sabedoria, resolver depois.

Cheguei a Teresina totalmente desconhecedor da política médica na capital. O secretário de saúde não tinha poder a ponto de contratar médico para aquelas clínicas, se não fosse com a permissão do chefe daquela especialidade, principalmente na obstetrícia e na ginecologia. Porém, esse consentimento poderia ser muito fácil, para as pessoas de seu interesse, sem que o mérito fosse, necessariamente, o elemento

prioritário na ocupação dos espaços. Isso era entristecedor para alguém, como eu, que priorizara a formação profissional e a vocação como uma missão de vida.

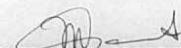
MINISTÉRIO DA SAÚDE
SECRETARIA EXECUTIVA
NÚCLEO ESTADUAL NO PIAUÍ

00.394.544/0191-02
MINISTÉRIO DA SAÚDE
Rua 13 de Maio, 155 c/n
CEP: 64200-150
Teresina - PI

DECLARAÇÃO

Declaro, para os fins que se fizerem necessários que, **JESUÍTO SOARES DANTAS, CPF 011.575.903-49**, inscrição nº 00171-1-0, foi aprovado no Concurso de Médico/Odontólogo, autorizado pelo DASP e realizado pelo INSTITUTO NACIONAL DE ASSISTENCIA MÉDICA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL - INAMPS, Classificado no 9º lugar, com 70 pontos, na especialidade de OBSTETRÍCIA (C-29), e na especialidade GINECOLOGIA (C-20), foi classificado no 12º lugar, com 60 pontos, para a localidade Teresina, homologação publicada no DOU de 08 de setembro de 1976, Suplemento ao nº 172.

Teresina, 20 de novembro de 2007.


MARIA SILVANI RODRIGUES BARRETO
Responsável Recursos Humanos

Declaração do Ministério da Saúde confirmando minha aprovação em concurso para a área de obstetrícia e ginecologia

Imagine-se ser contratado por ordem do governador. Que discriminação não iria receber naquela maternidade? Nessa época, o Dr. Ursulino, chefe da obstetrícia, foi à casa do senhor Everton Soares, na fazenda Santa Maria, em Elesbão Veloso, e lá, em conversa, Raimundo Soares e Everton referiram-se à minha pessoa. Perguntaram ao Dr. Ursulino o porquê de ele não me ter empregado em Teresina, sob a observação de que eu era um médico muito atencioso e dedicado ao trabalho.



Raimundo Soares da Silva

Por essa época, eu já atendia em Elesbão Veloso. Não somente no posto de saúde, mas também me deslocando ao interior, para consultar pacientes que não podiam mais se deslocar de suas casas para aquele posto. Nesse período, eu havia levado um paciente com apendicite, para hospital de Valença, e tinha feito aquela cirurgia com sucesso, além de ter realizado histerectomia subtotal, em paciente recomendada e moradora do senhor Everton Soares.

Tempo depois, tomei conhecimento de que um médico estava se transferindo do interior para a Maternidade São Vicente. Fui falar com Dr. Ursulino. Saber se era possível me transferir também da clínica médica para a clínica obstétrica. Ele atendeu o meu pedido com boa vontade. Dessa concessão, deu a entender que funcionaram os apelos do senhor Everton Soares e de Raimundo Soares. Transferi-me, pois, do ambulatório do HGV, para o ambulatório da Maternidade São Vicente, e fiquei atendendo as pacientes no ambulatório da indigência e cuidando de uma enfermaria da mesma categoria.

Nessa época, só havia assistência pelo estado; indigência, pelo INAMPS e pelo IPASE; e particular. O médico só poderia atender se tivesse convênio com esses planos. Anos depois, extinguiu-se o IPASE, mas a assistência médica continuou, como ex-IPASE. Em 1976, fizeram

o concurso do IAPAS (INAMPS). Inscrevi-me para obstetrícia e para ginecologia e fui aprovado em nono lugar, em obstetrícia, com nota 70, e em ginecologia, em décimo segundo lugar, com 60 pontos. Eu já tinha contrato no Estado e no INAMPS, mas os concursos serviram para legalizar o meu emprego e me dar a certeza de que minha capacidade era o que realmente deveria ser considerada. Em 1977, fui transferido do SANDU para o ambulatório do INAMPS.

No período inicial de minhas atividades cirúrgicas, fui procurado por certas pacientes inconformadas, porque tinham feito laqueadura tubária e me pediam que eu fizesse plástica de trompas, pois desejavam ter mais filhos. Fiz vários desses procedimentos como experiência (tanto que não tinham valor econômico) e por sorte, o primeiro caso deu certo e outros, também; mas não havia segurança de sucesso, pois dependia muito do local em que foram cortadas as trompas e do volume amputado. Com essa incerteza, desisti; pois havia mais erros do que acertos.



CONSOLIDAÇÃO DO
SUCESSO PROFISSIONAL



Matrimônio e vida familiar

Em junho de 1970, quando comecei o atendimento clínico no Hospital Getúlio Vargas, tive a oportunidade de conhecer uma jovem, Mirian Montoril, enfermeira, procedente de Fortaleza, que estava dando aula em um curso preparatório para auxiliar de enfermagem, no HGV, curso patrocinado pelas irmãs religiosas. A partir desse encontro, começamos a namorar e a sair juntos.

Mirian concluiu o curso. Nesse momento, havia carência de enfermeiras nos hospitais de Teresina. No Hospital do Segundo BEC, por exemplo, não tinha enfermeira. Por esse tempo, Dr. Isânio Mesquita, diretor daquele hospital, convidou a enfermeira Mirian para trabalhar naquela casa de saúde, então, recém-inaugurado. O ambiente de trabalho trouxe alguns dissabores que a levaram a não mais querer trabalhar naquele Hospital.

Casamo-nos, eu e a Mirian, em 1971, em Elesbão Veloso, acompanhados por Dr. Djalma e esposa, além de Manoel Soares da Costa e esposa. Minha família ficou à frente de organizar o nosso matrimônio, tanto no civil, quanto no religioso. No dia do casamento, o padre comunicou aos meus familiares que não realizaria aquela cerimônia, porque Mirian, minha futura esposa, não era batizada e pertencia a outra religião, à Igreja Batista. Fiquei muito decepcionado, porém, decidimos nos casar só no civil. Naquele mesmo dia, o juiz interino 'Nenoso' Moura foi à residência da minha família e fez nosso casamento. Em seguida, voltamos a Teresina e formos morar em uma casa, à rua Coelho de Resende.



Mirian Montoril, minha esposa, em fotografia de 1971

No dia 7 de junho de 1972, nasceu minha primeira filha, Laíre, que foi um grande presente para minha vida. Com o nascimento dela, comecei a aproveitar mais as minhas horas de folga. Nessa época, eu já estava fazendo 19 plantões de 24 horas por mês; sendo 4, no SANDU, onde trabalhava por escalas 12h no dia e 12h na noite seguinte, com uma média de 100 a 200 atendimentos para dois profissionais e 15 plantões de sobreaviso, no Hospital do Segundo BEC. A demanda de atendimento, pois, era grande e crescente. Todos os dias, faziam-se muitos procedimentos obstétricos, diuturnamente.

Nesse período, eu já havia comprado um terreno na rua Desembargador Pires de Castro. Resolvi contratar um engenheiro e um mestre de obras para construírem a minha primeira casa, que, por sinal, era uma construção belíssima e muito bonita para a arquitetura da época. Mudei-me da casa alugada para residência própria, embora a construção não estivesse inteiramente concluída.

Nos anos seguintes, 1973 e 1974, fomos agraciados com o nascimento de mais dois filhos: Lilian, que nasceu em 18 de junho de 1973, e Jesuíto Montoril, que nasceu em 4 de outubro de 1974. Eu já possuía uma clientela muito grande, o que me rendia, financeiramente, o suficiente para que eu comprasse terrenos e construísse

casas e edifícios de pequeno porte para aluguel. Aproveitei os benefícios que a condição econômica me favorecia para comprar também alguns carros. Meus filhos estudavam nas melhores escolas de Teresina. Minha presença junto a eles, os deixando e pegando nos afazeres escolares era diária. Minha esposa Mirian não aprendeu a dirigir. Vivíamos uma vida bastante confortável, que me deixava feliz, pois eu estava dando aos meus filhos tudo aquilo que eu não tive na minha infância e juventude.



JesuÍto Soares Dantas com a filha Laire, à frente de sua casa, na Desembargador Pires de Castro

Nesse mesmo período, eu tive crises de amigdalite que me obrigaram a fazer uma cirurgia (amigdalectomia). Anos depois, passei a ter crises de vesícula e, mais uma vez, necessitei passar por mais um procedimento cirúrgico. Nada disso, porém, dificultava meu desenvolvimento no trabalho, nem no acompanhamento dos meus filhos.



Casa em que passei a residir em 1998.

De meu matrimônio com Mirian Montoril, descendem:

- a) Laíre Montoril Soares Dantas. Casou-me com Valter Cid Mendes Dantas. Filhos: Angélica Montoril Soares Dantas (acadêmica de Medicina), Larissa Montoril Mendes Dantas (estudante) e Lucas Montoril Mendes Dantas (estudante);
- b) Jesuíto Montoril Soares Dantas. Casou-se com Patrícia Cristina Carvalho Freitas. Filho: Mariana Freitas Dantas (estudante);
- c) Lilian Montoril Soares Dantas. Casou-se com José Farinha Marçal Júnior. Filhos: Juliane Montoril Dantas Marçal (acadêmica de Medicina) e Davi Farinha Dantas Marçal (estudante).

Atendimento em saúde e felicidade da vida familiar

Entre 1970 e 1982, o atendimento do Hospital do Segundo BEC era crescente no setor de obstetrícia. Lá, havia dois plantonistas: eu e Dr. Ivan Torres. Com quadro tão reduzido, ficou insuportável atender todas aquelas pacientes que procuravam pelos serviços nessa especialidade ali. Solicitei, então, ao diretor daquele hospital que colocasse mais um plantonista, pois a demanda em obstetrícia era correspondente a 188 procedimentos por mês, segundo as estatísticas do INAMPS.

Apesar de o relatório apontando a necessidade de rever a situação, o INAMPS mandou fazer também um levantamento de procedimento na maternidade São Vicente. Lá trabalhavam dez médicos pelo INAMPS e, estatisticamente, faziam em média duzentos e seis procedimentos por mês. Isso correspondia ao que o plantonista já ganhava por mês naquela Maternidade (dezesete procedimentos).

O INAMPS decidiu, na verdade, retirar dez plantões do Hospital do Segundo BEC e transferi-los para os médicos plantonistas da Maternidade São Vicente, a fim de que eles trabalhassem, sem remuneração, como já faziam os dois plantonistas do Hospital do BEC, eu e Ivan Torres. Houve, diante daquela situação, um mal entendido dos médicos da Maternidade em relação à minha pessoa, como se eu estivesse querendo, que eles fossem trabalhar sem remuneração. Porém, eu só havia pedido que se colocasse mais um plantonista para diminuir a sobrecarga que estava em cima de mim e do Dr. Ivan.

Anos depois, já na década de 1980, o INAMPS acabou; passou a ser SUS. Todos os procedimentos passaram a ser “pagos”. Com a decisão do SUS de remunerar todas as intervenções médicas, os médicos plantonistas da maternidade, no segundo BEC, foram ao diretor João José Torres, pedir que ele dividisse por igualdade todos os plantões e que extinguisse o Dr. Ivan, porque ele não era obstetra. Não concordei e reclamei ao diretor do hospital, argumentando que, para trabalhar de graça, eu tinha dez plantões e o colega, também. Agora, como todos os procedimentos seriam pagos, eles queriam os plantões em igualdade; três plantões para cada plantonista ao mês, e não dez, como era há muitos anos.

Dr. João José Torres aceitou minha reclamação, porém, deixou que eu resolvesse com eles o problema. Após conselhos de colegas obstetras, principalmente do Dr. Ivo e do Dr. Antônio Benício, da Maternidade São Vicente, os quais me orientaram que estabelecesse diálogo, para que eu não ficasse marcado por colegas de profissão, aceitei a sugestão, impondo as minhas condições. Todos os procedimentos que eu fizesse fora do meu plantão, por preferência das pacientes, seriam somados aos procedimentos dos meus três plantões oficiais. Assim foi aceito, o que se tornou até mais benéfico para mim, pois diminuiu o meu tempo de trabalho e o número de atendimentos continuou, porque, naquele hospital, eu era muito preferido.

Com esse trabalho, consegui uma boa independência financeira, porém, sobrecarregado de labor intenso e de responsabilidades inesgotáveis. Por conta disso, não levava uma vida social. Para meu alívio, a minha esposa também não era chegada a festas, somente valorizava alguns aniversários de familiares. Levava, pois, uma vida bastante restrita ao trabalho e à criação dos meus filhos, que eram a minha principal alegria.

O tempo corre veloz e de repente me surpreendo com meus filhos já prestando vestibular e logo exercendo atividade profissional. Láire se

formou em odontologia, mas não gostou da profissão. Fez concurso público e hoje trabalha na Justiça do Trabalho. Lilian se formou em Direito e Jesuíto em Medicina. Isso me trouxe uma felicidade sem definição exata.



Jesuíto Soares Dantas aos 71 anos, em homenagem prestada pela Sociedade Piauiense de Ginecologia e Obstetrícia (SOPIGO)

Mudanças no atendimento médico e compromisso profissional

Em 1976, inaugurou-se a Maternidade Dona Evangelina Rosa, com credenciamento do SUS e planos de saúde. Houve a mudança dos atendimentos médicos do prédio do INAMPS, onde eu trabalhava, para a Maternidade São Vicente, hoje, Ambulatório Lineu Araújo. Nessa época, eu atendia como ginecologista, e os hospitais onde eu fazia os procedimentos ginecológicos estavam todos a desistir do SUS.

Tempo depois, pedi a minha transferência, para o Instituto de Perinatologia da Maternidade Dona Evangelina Rosa. Em seguida, o Hospital do Segundo BEC deixou de atender o SUS, ficando restrito somente ao atendimento do quartel, e a Casa Mater teve um desequilíbrio financeiro e deixou também de atender o SUS. Eram os hospitais onde eu realizava as minhas cirurgias de ginecologia. Com a inauguração da Maternidade, a diretoria daquela Casa for-

mou oito equipes médicas para trabalharem em regime de plantão. A composição das equipes foi feita. Havia seis equipes de quatro médicos, uma de três médicos e uma médica e a minha, com duas médicas e dois médicos. O médico era transferido do interior e, na ocasião, apresentava pouca habilidade obstétrica. Era, pois, uma equipe com muito trabalho a resolver, uma equipe que ainda precisava de suporte. Ainda tínhamos que orientar os estudantes do quinto e sexto anos de medicina.



Maternidade Dona Evangelina Rosa

Dr. Moises Pimentel, professor da faculdade, veio a substituir a vaga daquele profissional em nossa equipe, a fim de orientar os acadêmicos que ali se faziam presentes. Isso se impôs, porque os acadêmicos de medicina estavam sendo orientados pelos plantonistas. Quando a equipe foi finalmente reforçada, tempo depois, tragicamente, Dr. Moisés faleceu em um acidente de carro e foi substituído por uma médica. Acrescentou-se mais um profissional para cada equipe: mais uma médica, fazendo um total de quatro médicas e um médico.

O trabalho daquelas profissionais da nossa equipe era de uma desigualdade inquestionável, e os procedimentos, divididos por igualdade (para toda a equipe), em todo plantão. Grande parte dos procedimentos diurnos, eu o fazia, ajudado por acadêmicos do quinto e do sexto ano médico, porém, a noite, aquele plantão era todo substituído por médicos, que davam atendimento proporcional. Os procedimentos eram divididos em igualdade sem nenhuma dificuldade. Inclusive, resolvíamos todos os problemas de cesarianas e partos normais até a meia noite. Daí por diante, dividíamos o horário entre quatro plantonistas. A cada um, cabia uma hora e alguns minutos. Naquele horário, o plantonista da escala ficaria circulando pela admissão, pelo centro cirúrgico e pela sala de parto, po-

rém, acontecia que alguns daqueles plantonistas ia para a sala de repouso e, às vezes, o telefone chamava-o. Alguns deles ficavam protelando o atendimento, esperando que o seu tempo passasse. Eu, como responsável pelo plantão, solicitava que o médico fosse resolver o problema do chamado presencialmente, e, por esse motivo, houve alguns desentendimentos. Certa feita, ouvi de um plantonista a seguinte expressão: “A minha raça não recebe ordem, dá ordem”. E de outro plantonista que não tinha medo de minhas reclamações. Revidei, dizendo que eu tinha medo era da preguiça dele. Por isso, certa vez, houve uma reação imprópria dele, às duas horas da manhã, interrompida por outros plantonistas. No dia seguinte, comunicou-se o ocorrido ao diretor da maternidade, com a solicitação de que o médico deixasse de fazer plantões naquela equipe. Esses médicos eram substitutos das doutoras no período da noite.

Uma das plantonistas diurnas, por razão desconhecida, decidiu colocar um obstetra no seu lugar, no período da manhã. O trabalho persistente e dedicado desse plantonista foi o suficiente para garantir o atendimento de todos os pacientes do Centro Cirúrgico e Obstétrico, o que condicionou mais equilíbrio ao plantão. Nesse período, havia uma média de cesariana que variava de 16 a 24 ao dia, além de curetagem uterina e de muitos partos

com Episiotomia e rafia em seguida. Nessa época, eu estava com artrose nos joelhos e necessitava de fazer uso de bengala para meu deslocamento; por conta disso, tive que arranjar uma cadeira alta, que desse para eu realizar os procedimentos cirúrgicos, assentando na metade da região glútea e a outra perna apoiada no chão. Mesmo assim, os meus procedimentos, em nenhum momento, reduziram-se. Era uma média de 12 a 14 operações, além de partos complicados.

Últimos dias de profissão e desafios de envelhecer

Em 1990, foi necessário sair da minha casa, que ficava na rua Desembargador Pires de Castro, em virtude do excesso de carros que passavam por essa rua. Como eu já possuía terrenos no Bairro dos Noivos, resolvi edificar minha nova casa ali. Fui morar com minha esposa e meu filho no novo endereço. Uma das minhas filhas já havia se casado e a outra estudava em Recife.

Em 2000, aposentei-me, por tempo de serviço, do Ministério da Saúde. Havia uma ameaça de perseguição do Governo Federal aos funcionários públicos. Como resultado, ampliaram-se os pedidos de aposentadoria. Solicitei minha aposentadoria, com apenas trinta anos de serviço, porém, fiquei trabalhando de graça, no mesmo consultório, durante sete anos, quando, definitivamente, fechei meu consultório. Fiz doações de mesas e acessórios ao serviço de Perinatologia da maternidade em virtude do amor à profissão.

No ano de 2004, tive um derrame cerebral na hipófise, que foi removida cirurgicamente. Com a ausência dessa glândula, fiquei dependente de certos hormônios até os dias de hoje. Tive a necessidade de licença de 60 dias. Retornei ao trabalho com a mesma capacidade. Os medicamentos que usava em substituição à hipófise vieram a me curar da artrose. Pouco tempo depois, tive uma doença do nó sinusal e apareceu a necessidade de colocação de marcapasso definitivo no meu coração. Nesse procedimento, houve uma dificuldade ao colocar os eletrodos em meu coração. A nova cirurgia não me impediu que eu fizesse o meu trabalho na maternidade.

Quando fiz 70 anos, fui exonerado pela lei da aposentadoria compulsória. Após essa ocorrência, tive depressão pela carência de trabalho, pois eu não sabia viver fora do centro cirúrgico, do centro obstétrico ou do ambulatório. Como efeito, tive pressão alta, com dor anginosa sempre às 19 horas e às 5 horas da manhã. Dor progressiva, na frequência e na intensidade. Procurei os cardiologistas e constatou-se que, na coronária direita, havia uma obstrução de 80%. Por esse motivo, internaram-me para a implantação de dois *stents*. Nesse trabalho, houve um acidente. Formou-se um hematoma na virilha direita, no lugar de acesso àquele procedimento, que me infiltrou toda a região glútea, coxas, levando-me

novamente ao centro cirúrgico, para fazer a hemostasia do vaso sangrante. Esse reparo cirúrgico foi muito preocupante, pois os cirurgiões ficaram muito inseguros com relação ao restabelecimento da circulação da minha perna direita. Esse procedimento não resolveu a dor anginosa, que continuava; contudo, mais intensamente. Nessa época, falei com um médico de São Paulo sobre o meu caso. Ele me orientou a ficar mesmo em Teresina e a procurar outro profissional chamado Dr. Paulo Márcio, que era muito competente. Assim aconteceu. Falei com o médico, que quis me internar e realizar a cirurgia no mesmo dia.

Recusei-me ao procedimento. Naquele dia, ir-se-ia realizar a formatura de um grupo de médicos. Eu era convidado e não poderia faltar naquela formatura. No dia seguinte, às cinco horas da manhã, senti uma dor que neutralizou braços, pescoço e pernas. Levaram-me imediatamente ao profissional citado, e ele, em um curto espaço de tempo, realizou o exame. Constatou que a lesão era na coronária esquerda e que já havia um fechamento de 95%, com condições para infarto iminente. O problema foi resolvido, colocando um *stent* naquela mesma hora. Fiquei aliviado e não mais voltei a sentir a dor no coração.

Meses depois, procurei um urologista. Havia um acréscimo de próstata, que me estava impedindo a micção. O médico indicou uma ci-

rurgia, para diminuir a próstata, mas havia um estreitamento no começo da uretra, que impedia a passagem do aparelho que executaria a operação. O urologista, grosseiramente, resolveu dar uma pinçada na uretra, e depois deu uma tesourada em cima, abrindo a uretra, com a finalidade de permitir a passagem do aparelho. Não teve bom senso técnico, pois havia outro acesso que não danificaria a uretra. Porém, realizou o procedimento e, em seguida, deu dois pontos, no local em que havia amassado e cortado. No dia seguinte, os pontos não existiam mais. Certamente, não deu os nós o suficiente e eu fiquei urinando irregularmente. Ele percebeu isso, enquanto eu estava internado. Mas não teve o discernimento de corrigir aquela ação danosa. Até hoje, isso me causa muita revolta, porque ele não assumiu a responsabilidade do procedimento; principalmente porque fiquei com pouca sustentabilidade urinária, além de urinar irregularmente.

Depois de todos esses ocorridos, um colega chamado Cavalcante, sabendo da minha dependência por trabalho, ofereceu-me um plantão na maternidade de Codó-MA. Foi quando o interoguei se havia anestesista e pediatra no plantão. Ele me afirmou que sim. A partir daí, passei a ir todos os sábados fazer plantões de 24 horas, no quais se realizavam procedimentos obstétricos. Quatro meses foram suficientes para amenizar a

carência de trabalho. Apesar da carga de trabalho, os plantões eram animados e eu fazia questão de promover lanches para garantir um momento de descontração à equipe, hábito trazido dos tempos da Maternidade Dona Evangelina Rosa.

Quando deixei os plantões da maternidade de Codó, um colega me convidou para eu fazer um plantão semanal no Hospital de Campo Maior. Aceitei! Fui conhecer e fazer aquele trabalho: Um hospital bem estruturado, um diretor muito preocupado com o bom andamento do trabalho, mas havia grande carência de pacientes. Quando chegava algumas gestantes, eram internadas, e se o parto fosse cesariana, o médico não tinha quem o ajudasse, pois a política do COREN proibia que auxiliar de enfermagem ajudasse os médicos em atos cirúrgicos. O COREN obrigava que esse profissional se limitasse em instrumentalizar as cirurgias, e alguns o faziam com pouca vontade. Diante da falta de pacientes e de vontade de quem prestava serviço, eu deixei aquele hospital e escrevi: “É muito difícil suportar a falta de vontade e a ausência da solidariedade em um serviço cuja finalidade seja salvar vidas”.

IV

A HERANÇA DE
MEU TEMPO



Vida na pecuária e na construção civil

Em 1974, comprei uma propriedade no município de Elesbão Veloso. Chamava-se Malhada Grande. Situava-se próximo à localidade onde eu nasci. Eu desejava reavivar o meu tempo juvenil. Isso me exigiu fazer infraestrutura. Assim o fiz, cercando-a, construindo açudes, casas, currais, poço tubular, além de providenciar plantio de capim. Comprei bovinos, caprinos e equinos e desfrutava dos fins de semanas com minha família, naquela propriedade.

Tomei gosto pelo passatempo e isso me incentivou a comprar terrenos em outros lugares e a adotar os mesmos procedimentos, embora fosse desgastante. Na verdade, essa ocupação gerava mais preocupação do que prazer, além de não dar retorno financeiro. Ademais, as minhas clientes confessaram que não iriam mais fazer o pré-natal comigo, pois eu me ausentava nos fins de semanas. Mas minha identidade de gente oriunda do

campo me enchia os olhos de satisfação em viver situações parecidas com as de minha mocidade na roça e isso não tinha preço nenhum.



Fazenda Malhada Grande

Outra atividade em que me envolvi fora dos hospitais foi a construção civil. Nessa tarefa, realizei pequenos edifícios com a finalidade de alugá-los. Esse investimento foi muito gratificante: deu-me, e ainda me dá, sustentabilidade financeira. Além disso, garantia-se a possibilidade de poder fazer doações de apartamentos e casas para os meus filhos.

Aos 77 anos, iniciei a construção de um edifício que tem o meu nome. Esse desafio foi muito

desgastante para mim. Contratei um engenheiro para administrar aquela obra, porém, constatei que ele não dava assistência necessária e que deixava entregue a um mestre de obra. Por isso, substituí-lhe por outro, mas a administração ficou comigo, embora fosse extremamente desgastante comprar material repetidamente, alugar aparelhos para a construção e o pior: coibir a malandragem dos prestadores de serviços e conseguir legalizar a conclusão da obra depois de realizada.



Primeiro edifício que construí, na Avenida José dos Santos e Silva



Edifício que construí na
Rua Olavo Bilac



Edifício construído por mim aos 77
anos, na Rua Jesus Tomaz Tajra

Todos os sacrifícios, todas as conquistas no decorrer da vida avançada, ainda assim, vem uma insatisfação: a conservação do patrimônio é incômoda, principalmente oriunda de danificações e reclamações de quem lhe presta serviços. Se fosse para começar de novo a ação empreendedora em que também me absorvi, pouca coisa eu teria hoje. O tempo de vida é muito curto, para ser trocado por conquistas que geram preocupação, embora seja agradável empenhar-se naquilo de que se gosta.

Breve anotação sobre meu legado profissional

Voltando ao meu tempo de criança e adolescente, o que essas fases da vida me legaram? Constatos que falta de iniciativa para o futuro, mentalidade restrita ao meio em que eu vivia. O mundo rural estava impregnado no meu intelecto. Assim, convencia-me de que eu estava no lugar certo. Como se diz: “Quando os olhos não veem, o coração não deseja”. Porém, uma doença muito grave (pelo menos, naquele tempo) fez com que eu mudasse do meio ambiente em que eu vivia. Essa situação me fez ver, pela felicidade do acaso e, talvez, pelo meu desejo de vencer e de superar, um novo horizonte de mais abrangência, que despertou em mim, a vontade de estudar.

Esse desejo foi estimulado por pessoa amiga, que mostrava como ter sucesso ao longo da vida. Mas a convivência em 19 anos com o mundo rural me deixou hábitos de expressão, de

comportamento e de conduta. O meio analfabeto em que eu vivia antigamente era de ignorância em relação a outras profissões que não aquelas ligadas ao campo, como a agricultura e a pecuária de pequeno porte.

Retornando à minha vida de médico e analisando meu labor, vejo que vivi com intensidade a profissão que escolhi, experimentando-a diariamente como alimento para minha alma. Vivi a medicina como uma paixão, devotamente, no período de toda a minha vida de atividade médica, independente de onde exercesse meu ofício. No período de 1970 a 2006, realizei entre partos normais, curetagem uterina, cesariana e cirurgias ginecológicas, um pouco mais de cem procedimentos por mês, 80 por cento no Hospital do Segundo BEC, e 20 % em outros hospitais.

Fui muito feliz. Não ocorreu um só óbito em procedimentos que realizei durante toda minha vida médica. Fiz cirurgias de muita complexidade e me recordo de recorrer a dois colegas: Dr. Paiva, cirurgião gastrointestinal, para remover um corpo estranho que ficava parte dentro da alça intestinal e parte na cavidade peritoneal; e Dr. Jurandir Mendes Soares, em uma histerec-tomia vaginal, em que tive dificuldade para encontrar o peritônio.

No período de vida médica, socorri muitos colegas que passavam por dificuldade na resolu-

ção de procedimento cirúrgico. Tive a satisfação de ser procurado por colegas que queriam ampliar seus conhecimentos em cirurgias ginecológicas. Como preceptor da Faculdade de Medicina do Piauí, orientei os estudantes da disciplina Obstetrícia, no período do quinto e sexto anos da formação em medicina. Vivi momentos de notável satisfação. Eu e outros colegas fazíamos a orientação aos acadêmicos da Universidade Federal do Piauí há bastante tempo. Ainda que sem o reconhecimento devido, a possibilidade de ensinar o que se sabe era suficiente para nós, além da convivência com os discentes, legando-nos um forte círculo de amigos.

Medicina e monopólio político e familiar

Estudei em Teresina durante cinco anos (do segundo ano do ginásio ao segundo ano do científico). Nesse período, nunca me atinei que a vida médica no Piauí era um monopólio político e familiar. Somente percebi isso já formado, o que me decepcionou. Ao voltar de Recife para Teresina, havia aqui grande carência médica, porém, a contratação ou credenciamento desses profissionais somente ocorria por vontade política dos médicos já aqui estabelecidos. Predominava um grande monopólio familiar.

Não era permitido a médico oriundo de família sem tradição na área ser diretor de nenhuma das instituições ligadas ao setor. Dirigir o Planta, o INAMPS, o IAPEP, um Hospital, a Secretaria de Saúde ou qualquer entidade congênera somente ocorria com autorização de grupos familiares ou políticos, naquele tempo. O exercício desses cargos requeria a concor-

dância de médicos antigos com tradição familiar. Assim, tive dificuldades em me estabelecer na capital, principalmente, porque não havia concurso público.

Cheguei a Teresina, sem conhecimento desses hábitos. Fui diretamente procurar o secretário de saúde, que não possuía autonomia suficiente para tomar decisões sem discutir com os médicos de influência no sistema. Ele dependia de autorização do chefe de cada clínica, independente de o profissional ter ou não competência médica. Vigorava a dependência exclusiva, volto a enfatizar, da vontade dos chefes das clínicas, subordinadas às famílias que mandavam há dezenas de anos.

Ainda assim, consegui um contrato médico no Estado, por meio de pessoa de muito valor político, amiga e conterrânea do Governador Helvídio Nunes de Barros. Não fiquei imune às retaliações. Sofri discriminação do então secretário de saúde, que somente me contratou para uma especialidade diversa de ginecologia/obstetrícia, em observância a esse monopólio dos chefes de clínicas.

Graças a Deus, tive êxito, porque o que aprendi, ao longo de dedicada formação acadêmica, apresentei à sociedade. Por isso, fui bem aceito e procurado por muitas décadas. Todo o reconhecimento e aceitação dos mais variados segmentos sociais a que servi complementou-se

com um feito vital para mim: em toda a minha vida médica, em quarenta anos de trabalho, nenhum paciente meu veio a óbito, conforme já frisei. Fiz centenas e centenas de intervenções cirúrgicas de grande porte na ginecologia, muitas na obstetrícia (não fiz estatística de quantas exatamente). Acredito que realizei mais de trinta mil atos cirúrgicos.

Fiz também muitos favores de forma espontânea. Jamais ambicionei obter vantagens, sobretudo políticas, desses atos. Assim procedi porque, além de fazer o bem ao próximo, isso também me trazia uma enorme felicidade. Atendi muitos casais que já tinham mais de sete filhos e que queriam encerrar sua prole. Realizei, então, laqueaduras tubárias, durante a cesariana, ou mesmo após o parto. Consegui, com o trabalho cotidiano e despojado de interesses partidários ou de grupos, demonstrar que o êxito médico não estava só na proteção política, mas, especialmente, no profissionalismo vocacional. Considero-me bem-sucedido. Fiz o que gostava de fazer e servi a muita gente que precisava de minha presença profissional.

Se fosse para começar de novo, eu percorreria os mesmos sacrifícios, enfrentaria os mesmos desafios ou até maiores. Olhando para trás, para as voltas do tempo passado, vejo, feliz, o tempo que ficou nas roças, o tempo consumido

nas páginas dos livros técnicos em que mergulhei, o tempo nos procedimentos médicos, em centros cirúrgicos e ambulatorios. Vivi para trabalhar, porque no trabalho e no desejo de servir estava o sentido para a vida que construí. Vivi para a medicina, com orgulho, amor e entusiasmo.

No decorrer de minha vida, após o início de meus estudos, de março de 1955 a 7 de dezembro de 1969, quando me formei, enfrentei momentos de grande ansiedade pelas responsabilidades que eu tinha à minha frente, para lograr êxito em meu objetivo: estudar e formar-me em Medicina. Olhando para trás, eu percorreria os mesmos trajetos, sem hesitação, porque sonhei o sonho que escolhi. Com o entusiasmo e a persistência que tudo vencem e que tudo consagram. Olho para trás, para os hospitais onde atuei, para minha família, para as pacientes, para as lembranças de um tempo rico em trabalho e superações e certifico-me: não há limites para a vitória quando enfrentamos os dias com o vigor que a vida requer. Assim se fez a vida de um médico vitorioso. Assim me fiz. Assim se fez Jesuíto Soares Dantas.

